

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº
PROCESSO ELETRÔNICO nº 7.637/2022 – PE nº 110/2022
VALIDADE: 12 (doze) MESES

O **MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA**, por intermédio da **SECRETARIA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E ADMINISTRATIVA**, neste ato representada por seu Secretário, Sr. **Eduardo de Souza Floriano**, e a sociedade empresária **INTERBRASIL DISTRIBUIDORA LTDA**, estabelecida na Av Jesulino Malheiros, nº. 72 – Bairro: Centro – CEP: 73.801-190 – Formosa/GO, CNPJ nº. 37.628.401/0001-09, pelo seu representante infra-assinado Sr. Miguel Martins Serafim Pimenta, CPF nº. 605.234.331-15, R.G. nº. 3191875-2284430, doravante denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**, nos termos do Art. 15 da lei Federal nº.8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº.8.883 de 09 de junho de 1994, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 07962/2003, Decreto Municipal nº 13892/2020 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 110/2022**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme consta do processo administrativo eletrônico **nº 7.637/2022**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem como objetivo o registro de preços para futuras e eventuais contratações para a **aquisição de peças de reposição para Roçadeiras**, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório nº **7.637/2022**, Pregão Eletrônico nº **110/2022**, para atender demanda da Secretaria de Sustentabilidade em Meio Ambiente e Atividades Urbanas (**SESMAUR**), Secretaria de Obras (**SO**), Departamento Municipal de Limpeza Urbana (**DEMLURB**), Fundação Museu Mariano Procópio (**MAPRO**), doravante denominada UNIDADE(s) REQUISITANTE(s).



INTERBRASIL Distribuidora Ltda
Miguel Martins Serafim Pimenta
Gerente Vendas Públicas

CLÁUSULA II – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os preços da empresa classificada em 1º lugar no certame licitatório encontram-se indicados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	Carcaça do Tanque de Combustível para Roçadeira Stihl, Código da Peça 41193500800	13	Unidade	ARGON	R\$165,00	R\$2.145,00
4	Engrenagem 1-17 para Roçadeira Stihl, Código da Peça 41376400100	11	Unidade	ARGON	R\$130,00	R\$1.430,00
5	Lâmina para para roçadeira lateral Stihl modelo fs220 com furo de 20mm e comprimento de 330mm	1.665	Unidade	COLIMA	R\$17,00	R\$28.305,00
25	Carcaça do Vrabrequim para Roçadeira Stihl, Código da Peça 41190202107	8	Unidade	ARGON	R\$300,00	R\$2.400,00
27	Virabrequim para Roçadeira Stihl, Código da Peça 41190300400	15	Unidade	ARGON	R\$140,00	R\$2.100,00
29	Cilindro com pistão Ø38mm para Roçadeira Stihl, Código da Peça 41190201204	60	Unidade	ARGON	R\$120,00	R\$7.200,00
31	Silenciador para Roçadeira Stihl, Código da Peça 41191400605	15	Unidade	GASSEN	R\$35,00	R\$525,00
33	Tampa do Tanque de Combustível para Roçadeira Stihl, Código da Peça 41163500502	23	Unidade	MEGA PLUS	R\$20,00	R\$460,00
34	Cobertura para Roçadeira Stihl, Código da Peça 41190840900	30	Unidade	MEGA PLUS	R\$50,00	R\$1.500,00
38	Cabo do acelerador com mangueira e terminais para roçadeira lateral marca stihl modelo fs220, código da peça 41191801101.	30	Unidade	ARGON	R\$14,00	R\$420,00
41	Cinturão com feixo 6, fivela 7 para Roçadeira Stihl, Código da Peça 41287109000	12	Unidade	MEGA PLUS	R\$50,00	R\$600,00
45	Tambor de embreagem para roçadeira Stihl, código do fabricante 41191602906	30	Unidade	ARGON	R\$40,00	R\$1.200,00
46	Embreagem para roçadeira Stihl, código 41191602001	55	Unidade	ARGON	R\$30,00	R\$1.650,00
54	Eixo Flexível para Roçadeira Stihl, Código da Peça 41287103000	15	Unidade	MEGA PLUS	R\$140,00	R\$2.100,00
55	Alma do Eixo para Roçadeira Stihl, Código da Peça 41287113300	23	Unidade	MEGA PLUS	R\$70,00	R\$1.610,00
58	Lâmina para roçadeira costal marca stihl modelo fr220, 25,4mm x 1" e comprimento de 330mm.	651	Unidade	COLIMA	R\$20,00	R\$13.020,00
59	Pistão Ø 38 mm (1,2), para Roçadeira Stihl, Código da Peça 41190302003	8	Unidade	ARGON	R\$45,00	R\$360,00
63	Tampa do arranque 4-6, para Roçadeira Stihl, Código da Peça 41191900401	15	Unidade	argon	R\$50,00	R\$750,00
71	Peça de regulagem do cinto, para Roçadeira Stihl, Código da Peça 41197162900	8	Unidade	MEGA PLUS	R\$35,00	R\$280,00

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
74	Prato giratorio nylon 4813 (costal) fr 220, para Roçadeira Stihl,	341	Unidade	ARGON	R\$7,00	R\$2.387,00
75	Prato giratorio nylon 4816 (lateral) fs 220, para Roçadeira Stihl	351	Unidade	ARGON	R\$7,00	R\$2.457,00
79	Mola de recuo 8, para Roçadeira Stihl, Código da Peça 11181900600	30	Unidade	ARGON	R\$10,00	R\$300,00
87	Carburador para motosserra stihl -180. Código do fabricante: 1130.120.0603.	1	Unidade	SAVANA	R\$130,00	R\$130,00
95	Oleo Lubrificante Stihl 8017H, recomendado para motores de alto desempenho, tais como: motosserras, roçadeiras, motobombas e cortadores de disco. Este lubrificante possui um elevado poder detergente, que evita o acúmulo de resíduos de carbono. Frasco de 500ml.	250	Frasco	OREGON	R\$26,55	R\$6.637,50
98	Lâmina tipo 2 pontas para Roçadeira, em aço cromo vanádio, aço de blindagem ou aço especial temperado, dimensões 320mm, furo 20mm, espessura mínima 2,65mm	500	Unidade	COLIMA	R\$15,00	R\$7.500,00
99	Lâmina Reta para Roçadeira, 2 pontas, tipo faca, com 1 furo de 1", 305mm de comprimento, 1,8mm de espessura	100	Unidade	COLIMA	R\$14,00	R\$1.400,00
100	Retentor para roçadeira lateral marca Stihl modelo fs220, 12mmx32mmx7mm, código da peça 96400031280.	10	Unidade	MEGA PLUS	R\$15,00	R\$150,00
101	Chave Combinada Roçadeira Stihl, Código da Peça 41288903400	5	Unidade	ARGON	R\$33,00	R\$165,00
105	Vela de ignição BPMR7A para Motosserra Stihl, código da peça 4007000	45	Unidade	NGK	R\$7,95	R\$357,75

CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.

3.2. Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Juiz de Fora não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto referido na cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.

3.3. Os quantitativos mencionados na presente Ata de Registro de Preços são apenas para efeito de limites máximos. A **UNIDADE REQUISITANTE** reserva-se no direito de adquirir as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.

3.4. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 110/2022**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

4.1. As aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura de documento hábil - Termo de Autorização de Compra - entre o **FORNECEDOR** e a **UNIDADE REQUISITANTE** interessada, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

4.2. A detentora da Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta.

4.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da Unidade Requisitante interessada, a qual deverá ser feita mediante assinatura de documento hábil, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

4.4. A cópia da Nota de Empenho ou de outro documento hábil deverá ser anexada ao processo de administração da ata.

4.5. A Administração Pública tem a faculdade de firmar termo contratual, a partir e durante a vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos preceituados na legislação específica ou, conforme o caso, executar a avença com fundamento no art. 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA V – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

5.1. O **FORNECEDOR** responderá por todo e qualquer dano provocado à **UNIDADE GESTORA** e à **UNIDADE REQUISITANTE**, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **UNIDADE REQUISITANTE**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

5.2. Para efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela **UNIDADE GESTORA** e **UNIDADE REQUISITANTE**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo **FORNECEDOR**, de obrigações a ele atribuídas por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando a, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **UNIDADE GESTORA** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

5.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do **FORNECEDOR** for apresentada ou chegar ao conhecimento da **UNIDADE GESTORA**, esta comunicará ao **FORNECEDOR** por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à **UNIDADE GESTORA** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo **FORNECEDOR** não o eximem das responsabilidades assumidas perante a **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula.

5.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo **FORNECEDOR**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à **UNIDADE GESTORA**, mediante adoção de das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do **FORNECEDOR**;
- b) medida judicial apropriada, a critério da **UNIDADE GESTORA**.

CLÁUSULA VI - DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O preço registrado será suspenso nos seguintes casos:

- a) quando o **FORNECEDOR**, convocado para o fornecimento, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;
- b) quando o **FORNECEDOR**, convocado para fornecer o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for o caso de reincidência e o **FORNECEDOR** tiver comunicado à Unidade Gestora em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

6.2. O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

6.2.1. Pela **UNIDADE GESTORA**:

- a) quando o **FORNECEDOR** não cumprir as exigências do Edital, salvo a hipótese de suspensão da letra “a” do subitem **6.1**;
- b) quando o **FORNECEDOR** não apresentar o objeto decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;
- c) quando em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto fornecido, decorrente do registro de preços, salvo a hipótese de suspensão da letra “b” do item **6.1**;
- d) quando o **FORNECEDOR** não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese em que esses se tornarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público;
- f) na hipótese de reincidência de fato que tenha dado origem à suspensão;
- g) se todos os preços forem cancelados, hipótese em que se revogará a presente Ata de Registro de Preços;
- h) o **FORNECEDOR** não retirar qualquer Ordem de Serviços, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

6.2.2. Pelo **FORNECEDOR**

- a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio de instrumento hábil, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

6.3. O cancelamento ou a suspensão, pela **UNIDADE GESTORA**, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.



6.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita mediante correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de não localização do **FORNECEDOR**, a comunicação será feita mediante publicação no Órgão Oficial do Município por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir do prazo estipulado na publicação, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente.

6.5. A solicitação do **FORNECEDOR** para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA VII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

7.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à subsecretaria/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das aquisições.

7.1.1. A emissão das notas de empenho ou outro instrumento hábil, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será, igualmente, autorizada pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA VIII - DAS COMUNICAÇÕES

8.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA IX – DAS MULTAS E PENALIDADES

9.1. O **FORNECEDOR**, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do objeto, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registros de Preços e demais condições legais.

9.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

9.3. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **9.2**, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

9.3.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **9.2**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

9.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da Ata, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9.5. A aplicação de penalidades previstas para os casos de não fornecimento do objeto, erro, imperfeição, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Gestora da Ata, na pessoa da autoridade competente, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº 7.962/2003.

9.6. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.7. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pelo **FORNECEDOR**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

9.8. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela **UNIDADE GESTORA** ao **FORNECEDOR**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata como de responsabilidade do **FORNECEDOR** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela Administração.

9.9. As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o **FORNECEDOR** da sua responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº. 110/2022**, seus anexos e a proposta da sociedade empresária **INTERBRASIL DISTRIBUIDORA LTDA** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº.8883/94, pelo Decreto Municipal nº 13892/2020 no que não colidir com a primeira, Decreto nº 7.962/2003 e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por haverem assim pactuado e estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Juiz de Fora, data da última assinatura eletrônica

EDUARDO DE SOUZA FLORIANO
Secretário de Transformação Digital e Administrativa

INTERBRASIL DISTRIBUIDORA LTDA
Representante Legal